

A ANÁLISE GEOGRÁFICA E ESPACIAL EM UMA PERSPECTIVA DIALÉTICA

The Geographical and Spatial Analysis in a Dialectical Perspective

Gabriel Grazzini Gabriel¹
Nilson Cesar Fraga²

Recebido em: outubro de 2017
Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

Este texto aborda a análise geográfica e espacial de uma perspectiva dialética com o objetivo de dar base científica para a realização da pesquisa de mestrado intitulada: “Espaço e formação humana: produção e reprodução do ideológico”, para isso discuti o método materialista histórico e dialético adotado, e assinala a escolha pela metodologia qualitativa. Enfatizando o entrelaçamento material e imaterial compositor da realidade humanizada em seu viés prático e (sócio)espacial por meio das categorias e conceitos abordados como: espaço geográfico e prática espacial .

Palavras-chave: Espaço geográfico; Método; Prática espacial.

Abstract

This paper discusses the geographic and spatial analysis of a dialectical perspective, the objective is providing a scientific basis for conducting the master's research entitled "Space and Human Formation: Production and Reproduction of the Ideological", with this intention I discussed the historical and dialectical materialist method adopted, and indicates the choice by the qualitative methodology. Emphasizing the material and immaterial interweaving composer of humanized reality in its practical bias and (partner) space.

Keywords: *Geographic space; Method; Space practice.*

INTRODUÇÃO

Os seres humanos têm em sua essência a natureza e contraditoriamente a superação de suas limitações naturais. Passados estes tantos anos de civilização encontramos-nos em pleno século XXI com inovações tecnológicas sequenciais ao mesmo ritmo em que a menor parcela da população se apropria da maior parte das benesses produzidas por toda a sociedade.

Tratando da sociedade atual, sendo que o espaço está inserido na dinâmica do modo de produção capitalista estabelecido pela sociedade, o espaço geográfico revela-se desigual em suas características materiais e imateriais. Apresenta-se como um produto ainda em processo, que possui as condições nas quais realizam-se a humanidade que por outro lado é contraditória tendo como motor e combustível de seu funcionamento a esperança, erros e acertos.

A ideia norteadora deste texto é vincular as opções teórico, metodológicas, filosóficas, científicas e geográficas adotadas, aos principais conceitos e categorias abordados pela pesquisa de mestrado intitulada: “Espaço e formação humana: produção e reprodução do ideológico”. De maneira que esse texto possa se caracterizar de forma relativamente segura e forneça bases científicas para a realização da pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo geral, comprovar ou refutar a hipótese de que a linguagem se propaga no espaço geográfico de acordo com seus condicionantes, por isso, a batalha ideológica da sociedade contemporânea passa pela dominação hegemônica da linguagem e suas contradições.

A leitura e interpretação científica da realidade pressupõem fundamentações teóricas, metodológicas e verificadoras coerentes entre si. Assim uma alternativa para essa realização pode ser a ótica da leitura socioespacial realizada no âmbito da ciência geográfica. Para isso categorias, conceitos, teorias, hipóteses, noções filosóficas, análises e etc. são imprescindíveis para a investigação geográfica e para qualquer outra disciplina.

Neste trabalho abordaremos espaço, espaço geográfico, espaço urbano, prática espacial, método, conceitos, categorias, leis, noções filosóficas e científicas em sua relação com as leituras e interpretações científicas da realidade na perspectiva de diversos autores.

DESENVOLVIMENTO

Ciência geográfica e realidade (método e metodologia)

Autores como Augusto Nivaldo Silva Triviños (1967), Eliseu Savério Sposito(2004), Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (1983) e (2004) e KarelKosic (1976) embasam fundamentalmente as posições apresentadas e encampadas neste item. Assim método é aqui entendido como algo filosófico e científico.

A Filosofia inerente ao método científico aparece no que poderíamos chamar de postura teórica que reflete a posição filosófica do pesquisador naquele momento de sua carreira e nas leis e categorias que orientam a investigação e formam o objeto de pesquisa.

No que tange as propriedades do método científico poderíamos começar pela colocação de Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2004, p.51) baseadas em Bunge, que o define como “teoria da investigação”. Avançando neste sentido, ainda para as autoras, a ciência é diferente de bom senso, pois, possui método: *não há ciência sem o emprego de métodos científicos* (p.40). Sendo composta por duas dimensões: A) compreensiva (contextual e do conteúdo) e B) metodológica (operacional) lógica e técnica; para elas, a ciência é explicativa por [...] *ter como finalidade explicar os fatos em termos de leis e as leis em termos de princípios* (MARCONI; LAKATOS, 1983 p.36).

Já Eliseu Sposito (2004) vê a teoria como [...] *um conjunto de conhecimentos, leis e princípios que permitem uma leitura e uma interpretação da realidade*. Ainda para ele, o método:

[...] não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação. (SPOSITO, 2004, p.23).

Concordamos com o autor nos aspectos referentes às limitações implicadas desta concepção fragmentada de ciência, fruto de uma postura teórica, a grosso modo, positivista. Ao contrário, a postura marxista pretende analisar a realidade partindo do concreto, por isso utiliza a noção de totalidade na pesquisa, porém autores como Karel Kosic (1976) defendem a cisão da realidade como algo essencial para sua compreensão. A nosso ver, esta divisão pode ser realizada pelas categorias sendo marxistas, positivistas, fenomenológicas, geográficas, históricas, econômicas, biológica, físicas, matemáticas e etc.

Trabalhamos com a abordagem de alguns autores sobre categorias, conceitos e leis. A noção de categoria foi retirada de (TRIVIÑOS, 1967, p.54). Para ele categorias são partes constituintes do objeto de pesquisa e ao pesquisador, noções genéricas da realidade homem mundo, reflexos dos fenômenos e das propriedades objetivas da realidade, *formas de conscientização dos conceitos*. Com efeito, concordamos que as categorias são mais amplas que os conceitos. Para Eliseu Sposito (2004) conceitos são construções científicas de noções abstratas a partir de abordagens empíricas. São definidos por seu conjunto de características – o que pode ser chamado de compreensão. E se referem ao conjunto de elementos particulares dos seres aos quais se estendem este conceito – extensão. Dizem respeito a um objeto ou a uma classe deles.

Vale notar a contribuição de Rogério Haesbaeth (2014) que diz respeito as categorias e conceitos:

Ainda que reconheçamos três modalidades de categorias ou conceitos – analíticas, da prática e normativas, estamos cientes também da sua indissociabilidade. Enquanto uma categoria analítica é, sobretudo, um instrumento no processo de investigação do pesquisador – ou um conceito no seu sentido mais difundido, a categoria da prática é um ‘conceito’ – ou noção – do senso comum, utilizado nas práticas cotidianas do discurso ordinário, e a categoria normativa tem como objetivo primeiro indicar um caminho, tem um caráter mais propositivo que analítico, como nos conceitos de região e território utilizados pelo Estado enquanto agente planejador. É claro que o pesquisador ou o intelectual não pode prescindir do conhecimento de suas categorias de análise enquanto utilizadas (e recriadas) também nas ações do senso comum, assim como o planejador não pode desconhecer a força das concepções analíticas propostas pelos investigadores, nem a (re)leitura feita pelo próprios habitantes que serão objeto de sua ação interventora. Embora cada contexto mantenha sua especificidade (porque a natureza dos problemas e os objetivos geralmente são distintos), seu entrecruzamento é sempre também necessário e mutuamente enriquecedor (HAESBAERTH, 2014 p.31).

Muito interessante essa reflexão do autor que enfatiza o aspecto de entrelaçamento intra e entre objetos e sujeitos que constituem a realidade incluindo aí o conhecimento sobre a mesma e sobre si mesmo. Mais ainda, acaba por atuar no sentido de fazer parte também da base teórica-científica que trata da chamada virada espacial que atinge, segundo o autor, especialmente as ciências anglo-saxônicas.

No sentido desse entrelaçamento, baseado em Pattom, o autor propõe que se supere a ideia tradicional de que [...] *só existem conceitos quando há distinção, separação* [...] (p.31) A noção de que os conceitos existem e de que as coisas *cabem* ou não neles tem de ser substituída por:

Os conceitos não só não podem ser tratados isoladamente, como nunca constituem unidades homogêneas, sempre são múltiplos, tanto no sentido interno, com seus elementos, suas sobreposições e sua flexibilidade em torno de uma problemática ou foco central, quanto no sentido externo, na relação com outros conceitos dentro de uma constelação ou sistema mais amplo – permanecendo sempre abertos, portanto, a novas conexões potencialmente realizáveis (HAESBAERTH, 2014 p.32).

O autor retorna a essa ideia de constelação de conceitos lembrando Deleuze e Guattari para colocar que o entendimento de algo baseado em apenas um conceito é

impossível e mesmo esses conceitos evocados da utilização de algum conceito às vezes direcionam a reflexão para outras

[...] problemáticas e dimensões [...] que, no conjunto, formam uma complexa família de conceitos, dentro da correspondência a um campo filosófico. Podemos então definir, no interior da Geografia, uma constelação ou sistema de conceitos que, mergulhados na categoria espaço, se ordenam e se reordenam constantemente a partir das problemáticas que enfrentamos e das bases teórico-filosóficas que acionamos para melhor defini-las e enfrenta-las – sempre cientes de que a percepção clara da problemática é o ponto de partida fundamental.(HAESBAERTH, 2014 p.32).

Assim adota a noção de *constelações ou famílias (como preferia Milton Santos) geográfica de conceitos* (p.22). As quais incluem as categorias como conceitos mais gerais, a exemplo de *espaço como categoria, [...] que se impõem frente aos demais conceitos – região, território, lugar, paisagem[...]* (p.22).

Nossa discussão sobre espaço ocorrerá de forma mais aprofundada no próximo item deste trabalho e deixaremos a discussão sobre estes conceitos e categorias da Geografia e suas *posições* na constelação de conceitos para a dissertação em si (quando as bases científicas e teóricas já estiverem na fase final de constituição). Por enquanto podemos adiantar que em nossa embrionária construção de uma constelação de categorias e conceitos, para a elaboração de nossa dissertação, já contamos com espaço geográfico como categoria mais ampla (sem deixar de lado ou menosprezar região, território, lugar e paisagem - históricos no pensamento) e prática espacial acompanhará o raciocínio lógico dialético nesse texto. Ainda pretendemos, antes da dissertação final, abordar em outros textos ideologia e linguagem, provavelmente associando-as aos resultados obtidos na aplicação dos questionários.

Em nosso ponto de vista, nosso objeto de pesquisa demanda que esta constelação ultrapasse os conceitos e categorias tradicionalmente discutidos na Geografia. Optamos por uma abordagem que transborde a dualidade teoria e prática, assim, nossa constelação não desconsidera o empírico e nem o sobrevaloriza. Gostaríamos de lembrar a belíssima obra de Aziz Nacib Ab'Saber: *o que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Nacib Ab'Saber*, (2007), em que algumas das contribuições mencionados por ele aos jovens pesquisadores geógrafos, é começar no campo da pesquisa empírica, valorizando a importância do trabalho de campo e a busca pela interdisciplinaridade.

Antes de passarmos a discussão sobre as leis que orientam nossa pesquisa, gostaríamos de colocar a definição de conceito realizada por Haesbaerth, (2014):

- Todo conceito, como bem enfatizamos, advém de um problema ou questão, seja ele novo (muito mais raro) ou refeito/recolocado;
- Todo conceito é sempre “situado” – tanto em termos do contexto social, histórico-geográfico, concreto (como ocorre com os conceitos “latino” de território e “anglo-saxão” de lugar, [...] quanto em relação à história das ideias e aos seus sujeitos-autores;
- Todo conceito é heterogêneo, múltiplo, não é simples, é “um todo fragmentário”, com vários componentes (Deleuze e Guattari, 1992:27), ao mesmo tempo que remete sempre a outros problemas e conseqüentemente, a outros conceitos (formando sistemas ou “constelações” de conceitos);
- Todo conceito é incorporeal, ainda que “se encarne ou se efetue nos corpos” (Deleuze e Guattari, 1992:33), não podendo assim, ser confundido com as próprias coisas; é absoluto e relativo ao mesmo tempo (p. 50).

Problematizando a citação, de acordo com o próprio autor, devemos voltar nossos olhos à utilização política dos conceitos. Quais sentidos políticos assumem? De conservar ou de transformar a realidade? Guiando-nos pela ideia de transformar revolucionariamente a realidade não podemos perder de vista a dimensão prática dos conceitos e muito menos fechar os olhos para as chamadas categorias da prática e simplesmente acreditar que estamos *acima* delas. Embora essa noção de interligação prática e teórica apareça de forma explícita no texto do autor também notamos cargas iluministas como na utilização da própria noção de *iluminar* ao se referir, por exemplo, ao papel cumprido pelo espaço na *constelação* de conceitos e na função cumprida pelos problemas e questões nas pesquisas científicas.

Para avançar da discussão sobre categorias e conceitos para as leis, nos apoiamos em (TRIVINÕS, 1967) e nossa pesquisa se guiara, pelas leis dialéticas. Sabendo que estas são alvos de diversos, amplos e densos debates teóricos, para as consideramos como forças internas ao desenvolvimento da matéria (em sua forma inorgânica, biológica e social) em seus aspectos de: movimento, conexão, interdependência e interação.

As leis dialéticas definidas por Trivinões (1967) são: 1 - lei da passagem da quantidade a qualidade; 2 - lei da unidade e da luta dos contrários; e 3 - lei da negação da negação. Buscamos explicar sucintamente cada uma delas a seguir:

1 - Lei da passagem da quantidade a qualidade: Uma revolução que transforma a formação material, sua estrutura essencial. Já que os objetos são constituídos por propriedades quantitativas e qualitativas interdependentes, sendo que as mudanças de cada uma delas originam mudanças nas outras. É ainda importante considerarmos que algumas destas propriedades (independentemente de serem quantitativas ou qualitativas) são mais importantes que outras. A mudança de medida (característica qualitativa que define o objeto) pode ser de curto ou longo período duração.

2 - Lei da unidade e da luta dos contrários (lei da contradição): a contradição é uma forma universal do ser para o materialismo já que o desenvolvimento provém do interior (sem desconsiderar as transformações externas sofridas pelos objetos). As formações materiais são compostas por elementos contrários que não existem um sem o outro por possuírem aspectos essenciais que o outro não possui. Esta interação é ininterrupta e ocorre de diferentes formas em diferentes objetos e fenômenos, além de que existem tipos de contradições de acordo com cada setor da realidade (por exemplo: natureza, sociedade e pensamento). E contradições diferenciadas como: antagonicas (não encontram solução dentro do sistema estabelecido), externas (se apresentam entre fenômenos, exemplo: organismo vivo e meio ambiente), internas (se apresentam entre aspectos contrários de um mesmo fenômeno), básicas (são essenciais e estão relacionadas ao desenvolvimento e variações do fenômeno como um todo) e secundárias (não essenciais e se relacionam com aspectos, partes ou elementos isolados).

3 - Lei da negação da negação: A negação dialética é baseada na evolução, e desenvolvimento, regressão e movimento circular são considerados tipos de movimentações diferentemente da metafísica que não aceita a evolução. No movimento dialético em que a tese é confrontada com antítese (negação) para que gerem a síntese é necessário sabermos que a própria tese era até este confronto uma síntese e que passou a partir daí a ser negada. Este movimento ininterrupto dá o nome a esta lei. Este progresso em espiral é responsável pelo reconhecimento de que no desenvolvimento é possível que [...] *determinadas etapas se repitam, com nova qualidade, fases do fenômeno que já foram passadas* (p.73).

O marxismo concebe que a realidade não é fixa, ela está em constante transformação incluindo os humanos nestas realizações e por isso o ponto de vista do sujeito é considerado na pesquisa científica. Diferente do positivismo no qual a realidade é

vista como um dado substancial, matemática, uma questão de análise neutra do pesquisador através do empirismo.

Assim, em nossa metodologia, contamos com o método de abordagem dialético que parte de uma abstração simples (a hipótese utilizada no projeto de pesquisa) para aos poucos se aproximar do entendimento concreto da realidade concreta. O marxismo também se coloca contrário à ideia de método único das ciências e comporta a utilização concomitante do que Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2004) chamam de *métodos específicos das Ciências Sociais*. Em decorrência disso utilizaremos concomitantemente o método qualitativo.

Este último é explicitado como possuidor de uma forma de coleta e análise de dados peculiar por:

[...]preocupa[r]-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece[ndo] análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (MARCONI; LAKATOS, 2004 p.270).

Apesar de as autoras mencionarem que:

Na pesquisa qualitativa há um mínimo de estruturação prévia. Não se admitem regras precisas, como problemas, hipóteses e variáveis antecipadas, e as teorias aplicáveis deverão ser empregadas no decorrer da investigação (MARCONI; LAKATOS, 2004 p.271).

Colocam que o objetivo da pesquisa científica ultrapassa a descrição empírica dos dados e deve [...] *relatar o desenvolvimento de um caráter interpretativo* [...]. E que a [...] *teoria é constituída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto deles* (p.271). Nas pesquisas de cunho qualitativo os dados são coletados primeiramente, embasam uma teoria inicial, formam um esquema conceitual e a pesquisa é correlacionada ao universo teórico. Para nós a hipótese adotada em nosso projeto de pesquisa é utilizada aqui como esta teoria inicial já que foi formulada a partir de uma coleta inicial empírica de dados, por isso consideramos que nosso *método de procedimento* é qualitativo. Ainda assim, não podemos deixar de fazer ponderações como as feitas por Chimin, Ornat e Silva (2016) que alertam para os perigos *objetivistas* das pesquisas quantitativas, mas também para os entraves *subjetivistas* das pesquisas qualitativas e propõem como saída sadia para o trabalho científico geográfico o diálogo entre estas abordagens.

Agora passamos ao conjunto de técnicas específicas de coleta de dados embasada e aplicada no processo de investigação e entendimento do objeto de pesquisa. Neste sentido, nossa investigação abrange a forma teórica e prática. Por isso considera a pesquisa bibliográfica e documental além do estudo empírico de caso, sendo que foram consultados: documentos, artigos, livros e resenhas em suas formas digitais e impressas. E também coletamos dados em campo através da observação e da aplicação de questionários.

Na fase em que se encontra a pesquisa, os questionários já foram aplicados, mas ainda não foram tabulados e busca-se, em suas perguntas estabelecer as relações entre condicionantes ideológicos espaciais (econômicos, históricos, jurídicos, linguísticos, políticos e midiáticos) e a opinião política da população espacializada.

Análise teórica espacial.

Na sociedade encontramos-nos distantes do domínio cognitivo de nossos vínculos sociais. A dialética entre espaço e sociedade pode contribuir nesse processo de ensino-aprendizagem que compõem a produção de conhecimento sobre a totalidade de aspectos que compõem a realidade, se considerarmos as contribuições de Milton Santos (2004) e Karel Kosik (1976), entre outros autores.

Para Kosic (1976), a humanidade sustenta-se na objetivação da realidade, no planejamento e execução de tarefas, na realização do trabalho, material e intelectual. Estas categorias de objetivação possibilitam o caminhar humano desde atravessar o rio com uma jangada até a construção e utilização de uma grande ponte como a Danyang-Kunshan localizada na China.

Não distante desse pensamento Milton Santos (2004) coloca que o espaço pode ser considerado um híbrido, incorporando o processo a sua essência. Define o espaço geográfico como [...] *um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações* [...] (2004, p.332). O que liga o sistema de objetos ao sistema de ações é a intencionalidade que somente a humanidade possui. Assim o agir revela a importância do passado e do presente na construção do futuro sendo que o espaço condiciona (mas não limita) a ação.

A preocupação com o entendimento da informação aparece em diversas obras do autor. Neste âmbito nos encontraríamos no meio-técnico-científico-informacional, no qual, por a técnica transcender as esferas puramente econômicas (sem diminuir a importância das mesmas, logicamente) e isto ser habitualmente ignorado resultou em visões restritas de espaço. Ao caracterizar o meio geográfico de acordo com as utilizações e interações da sociedade com a natureza, tecnologia, ciência e informação o autor revela a existência de

três períodos: 1- meio natural; 2- meio técnico e 3- meio técnico-científico-informacional. Os nomes já explicam por - si como o ser humano foi se impondo sobre o natural e como a técnica foi se aperfeiçoando de acordo com as necessidades e conquistas da humanidade. Assim as visões restritas de espaço culminaram em um meio associado de forma nevrálgica as informações, a técnica e a cientificidade. (SANTOS, 2004)

Ainda para o autor, o lugar, como categoria, ganha importância neste pensamento que dedica atenção as relações subjetivas e intersubjetivas. Estas relações ocorrem no espaço, mais especificamente, se realizam no espaço com o qual o sujeito tem vínculos cotidianos, laços subjetivos, racionais e sentimentais – o lugar.

Para ele a dialética entre espaço e sociedade se impõe sobre a dialética paisagem (em sua concepção de forma) e sociedade. Sobre outra conhecida contradição marxista, a dialética entre forças produtivas e condições de produção, Milton Santos (2004) propõem:

Copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção. Mas vale a pena lembrar que a interpretação simplória da relação dialética entre forças produtivas e relações de produção há muito tempo deixou de ter vigência plena. É insuficiente dizer que há, de um lado, forças produtivas e, de outro lado, relações de produção, e se tornou irrelevante afirmar que o desenvolvimento das relações de produção conduz ao desenvolvimento das forças produtivas e, ao revés, que o desenvolvimento das forças produtivas conduz ao desenvolvimento das relações de produção. Isto é simples demais. Hoje, as chamadas forças produtivas são, também, relações de produção. E vice-versa. A interdependência entre forças produtivas e relações de produção se amplia, suas influências são cada vez mais recíprocas, uma define a outra cada vez mais, uma é cada vez mais a outra. As forças produtivas são relações de produção, as relações de produção são forças produtivas (p.64).

Sobre esta discussão, Lefebvre (2006), (1991), define o espaço como parte das forças produtivas, mas também como algo além da base infraestrutura – superestrutura. Para ele não há análise materialista sem análise do papel da produção. É importante compreender o desenvolvimento e reprodução das forças produtivas e das relações de produção sendo que é o espaço que garante esta reprodução por acumular a produção e seus efeitos produtivos. Esta produção possuidora de caráter histórico e realizada nas práxis possui um sentido mais amplo ligado a espiritualidade, obras, ideias e que acaba por se associar a urbanização. E outro mais restrito associado aos bens duráveis e não duráveis, vestimentas, alimentos e associa-se a cidade não ao urbano.

O espaço pode ser considerado uma expressão da produção enquanto obra que se materializa, mas também como *locus* para a produção de bens e serviços. Se consideramos a dimensão imaterial da realidade como pertencente a realidade concreta, observamos também a dimensão imaterial da produção. Assim o espaço pode ser considerado além da infra e da superestrutura. Por isso, o mesmo realiza na cidade, através da condição e projeção de produzir, a divisão social do trabalho na divisão territorial do trabalho.

E nesta dinâmica de produção produz, além de benesses geralmente aproveitadas pelas classes altas, concentração, aglomeração e desigualdade o que dentre diversos resultados proporciona a multifacetação da identidade entre morar e trabalhar.

Ainda para Lefebvre(1991) o espaço é naturalmente político, um instrumento político e expressão mental de territorialidades e existências. É social enquanto dominado pelas relações sociais, sobressaltadamente, as de produção, consumo e troca.

Na economia política do espaço se produz o espaço e não somente os objetos sobre o espaço, se produzem os condicionantes para as ações de diferentes sujeitos históricos. Assim o autor realiza a superação da visão do espaço como *palco*, para ele, o espaço não é passivo. O espaço influi no processo social, se apoiando e fazendo parte das forças produtivas, de trabalho, políticas e técnicas existentes. É presente tanto para as classes que intervêm em larga escala, quanto para indivíduos capazes de conceber objetos atuando dentro de um marco institucional (ideológicos e de representações sociais). Veste se ora de produto ora de condição das relações sociais, o espaço do consumo e o consumo do espaço.

Na contradição entre a parte do espaço que se realiza abstratamente, intervindo na história, como *exterioridades* políticas e econômicas comumente realizadas pelas grandes empresas e pelo Estado e a parte do espaço que se revela como resultado da complexa interação de todas as classes de vivência diária e cotidiana envolvendo evidentemente o valor de uso e o valor de troca. Na obra o Direito a Cidade (1991) revela-se que a cidade é intrínseca ao humano e as classes dominantes se apropriam disso.

Parece-nos que o autor Lefebvre diverge de Milton Santos e de Karel Kosik sobre a possibilidade revolucionaria, pois, para esses dois últimos ela só emanará das classes dominadas enquanto que para o primeiro as vivências multiclassistas espaciais podem proporcionar o embrião revolucionário. Em contrapartida cada um dos três, a seu modo, localizam, delimitam e demonstram a importância das práxis no processo histórico social e até para Karel Kosik (1976) que realiza a discussão de forma mais distanciada do espaço, o menciona como *local do movimento social*.

Ainda sobre o espaço, mas desta vez ligado especificamente à produção e ao Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista (1982), Paul Singer elucida que o preço do solo urbano varia de acordo com a localização e com as quantidades e qualidades da infraestrutura no recorte espacial em questão e que o Estado, expressando o estado da luta de classes em suas variadas escalas, através das políticas interfere nesse processo.

Se norteando pelos autores acima referidos (Henri Lefebvre, Milton Santos e Paul Singer) é possível inferir que a produção espacial, especialmente a cidade, no urbano, segue uma dinâmica de valorização e desvalorização de acordo com as densidades, comumente reproduzindo a lógica centro-periferia (com uma hierarquia que chega a permear o centro e a periferia). Este processo inclui também a topografia e o relevo que influenciam geralmente de forma descendente os valores do solo e as classes que o ocupam quando localizado em vertentes e fundos de vale.

Assim, começa a percepção da relação delicada entre urbano e natural. Vale lembrar que a natureza é vista de um ponto de vista hegemônico dentro da sociedade, de maneira que a sua valorização ou desvalorização são consequências desta visão exercida e disseminada pelas classes dominantes. Muitas vezes esta visão esquece que a natureza tem dinâmica própria e é uma totalidade.

Milton Santos (2004) se baseia na tradicional visão marxista de primeira natureza (não apropriada pela humanidade) e segunda natureza (apropriada pela humanidade) e, afirma de forma ousada, não existir mais primeira natureza devido ao desenvolvimento tecnológico de sistemas de informações geográficas e outros conhecimentos.

Lefebvre, como demonstrado no texto do Observatório Geográfico da América Latina (2010), defende não existir mais primeira natureza e coloca que no capitalismo a natureza revela-se como problemática e como mercadoria.

A visão dos dois últimos autores mencionados, elucida o grau de medidas dos poderes da humanidade sobre a natureza, porém a elaboração de uma nova ética para natureza envolve a percepção de seus ritmos e ações muito além daquelas geradas pela dessacralização dupla (do natural e do social) (KOSIK, 1976).

No que refere aos efeitos sociais da desmistificação científica dos processos naturais e por consequências dos humanos, ganha destaque a cidade e seu conceito, vista como resultado do trabalho humano mediado pela técnica, à expressão material dos avanços da tecnologia e da ciência, lastro da enorme capacidade da sociedade de transformar o meio. Por isso mesmo, a cidade constitui-se em símbolo do moderno, catalizador da

concentração demográfica, um centro de produção dos valores, ideias, diversão e privilegiadamente de tomada de decisões, sobre tudo, político-econômicas.

No que diz respeito à visão sobre o quadro natural, fruto das descobertas científicas do sec. XIX de que os processos naturais e sociais, na visão científica, não são sagrados, gerou contraditoriamente a negação desse quadro - frequente na concepção de alguns autores e de grandes corporações - o que produziu -, reproduziu e induziu a ideia de natureza intocável.

Neste sentido, a dinâmica da natureza é adequada ao espaço urbano. De acordo com a escala em que ela é considerada. E esta escala segue a lógica capitalista, por isso, se refere a qual é a capacidade, voltada de forma político-econômica à produção e a ocupação, que a natureza pode exercer.

A natureza não é vista como algo que tem de ultrapassar o territorial das cidades, na realidade, realiza-se de forma teórica e relativamente prática (no sentido de que é impossível realizar isso de forma concreta para toda a sociedade no modo de produção capitalista) como a submissão do quadro natural ao quadro social em termos político-econômicos.

Esta visão romantizada, que ignora diversos aspectos, apregoa um espaço urbano onde a natureza é urbanizada e demonstrada em forma de paisagismo. E para o processo de urbanização, que não é um produto acabado, as coisas são mais complexas do que isso, cidade e natureza são indissociáveis, logo as soluções não podem ser parciais.

Também vivenciamos a natureza e este deve ser o ponto de partida para discutirmos, antes de legislação, ética e produção da cidade como coloca Henrique Leff (2007). Este sociólogo ambientalista, com doutorado em economia, busca por rupturas epistemológicas e mudanças paradigmáticas realizando a crítica ao racionalismo científico radical, e uma transição do estruturalismo e da racionalidade da modernidade para o pensamento da complexidade e a filosofia da pós-modernidade ao propor a hibridização das ciências.

Para nós, ressaltaram-se alguns aspectos da obra do referido autor, como a crítica ferraz a metafísica como *mãe* da ciência e da racionalidade moderna que descobre a complexidade por meio de seus limites e a constatação de que a atual crise ambiental vivida pela sociedade engendra novas vias de transformação do conhecimento por intermédio do diálogo e da hibridização dos saberes. A própria luta contra o caos e o risco embutida na concepção vigente de conhecimento [...] *são ao mesmo tempo efeito da aplicação do conhecimento que pretendia anulá-los, e condição intrínseca do ser e do saber* (p.195). Postula uma visão de

entrelaçamento entre ontologia e epistemologia, direcionando um avanço entre as visões de ser/ente para Platão e sujeito/objeto para Descartes. Para o citado autor este entrelaçamento [...] *constituem condições necessárias para se aprender a articulação das diferentes ordens do real: física, biológica, histórica e simbólica* (p.20).

Diferencia e se posiciona diante dos discursos ambientalistas de Ecologismo naturalista (evolução *natural* da matéria e do homem até a tecnificação) e Ambientalismo (política do conhecimento, no campo do poder embutido no saber ambiental), mostrando acordo com o segundo.

Trabalha com uma visão sistêmica que envolve a ecologia e o tempo (em seu caráter de *mudança e irreversibilidades* sustentada na dialética e na totalidade, deixando claro também suas críticas a dialética, já, que para ele, esse pensamento também precisa ser desconstruído e reconstruído (e revalorizado) por conta do logocentrismo embutido na noção de conhecimento hegemônico. Para ele, firmado em outros autores, o pensamento *orgânico dialético* que associa o estruturalismo genético ao pensamento de Karel Kosik, abre espaço para o mecanicismo e o biologismo que funcionam até hoje como entraves epistemológicos [...] *na construção de conceitos que correspondam à organização da ordem simbólica e social* (p.199). Defende a importância revolucionária científica da categoria de totalidade como um cavalo-de-tróia para a ideia absoluta buscada pela metafísica.

Dadas estas possibilidades de análises da realidade, com ênfase nas categorias espaciais, emerge também a categoria de prática espacial discutida, aqui, nas óticas de Henri Lefebvre, Lana de Souza Cavalcanti, Marcos Antonio Campos Couto e Marcelo Lopes de Souza.

O marxista Henri Lefebvre, em uma dialética tríade, como apresenta Gustavo Resgala Silva (2011), discute o que chama de espaço absoluto, espaço abstrato e espaço diferencial. Basicamente todo o espaço é físico, social e mental funcionando em uma espécie de sobreposição de tempos e de forças nas quais o espaço absoluto seria o antigo, os *sedimentos* do espaço histórico que manteria uma relação dialética com o espaço abstrato – no sentido de contemplador das ideias atuais, e constructo material e imaterial da história em sua implementação espacial–, e com o espaço diferencial que seria por sua vez o reduto da criação comportando o viés revolucionário. Nunca é demais colocar que no modo de produção capitalista todas estas instancias espaciais se guiam por ele e por suas categorias econômico-políticas.

Esta dialética tríade aparece também na visão de prática do autor que segue os parâmetros marxistas de produção e reprodução da realidade, que como já colocado aqui, é

constatado também no espaço pela perspectiva de alguns autores que trabalhamos. Assim a prática espacial concatena o percebido, o concebido e o vivido por ser entendida como um produto não exato da soma dela mesma às representações do espaço e aos espaços de representação. Nesse âmbito Lefebvre trabalha com a ideia de uma contradição dialética entre sujeito e sistema que - com algumas reservas como o fato colocado pelo próprio Lefebvre de que diferentes sujeitos possuem diferentes escalas de poder de impacto social e, por conseguinte de produção/intervenção no sistema instituído - caracteriza-se por grande riqueza.

Também dedicada, em linhas gerais, para o entendimento das práticas espaciais, mas com enfoque no cotidiano e no ensino em Geografia, Lana de Souza Cavalcanti defende a articulação da Geografia vivida e Geografia ensinada (2012a; 2012b), para a importância de compreender *a subjetividade dos sujeitos da cidade [que] deve ser analisada na sua relação com a objetividade da produção do espaço, com os processos estruturantes da sua produção e com as contradições inerentes às múltiplas identidades desses sujeitos* (CAVALCANTI, 2012b, p.3). No sentido de formar um *pensamento espacial*, um produto, mesmo que em processo, reproduzindo a confecção do pensar em sua essencial relação com o espaço.

Marcos Antonio Campo Couto parece adotar uma perspectiva marxista que avança nestas considerações espaciais. Aponta baseado em Resende (1986), que a consciência espacial é o saber geográfico produzido na prática social do espaço contextualizado de acordo com as relações de trabalho, de vida e de morte que na maioria das vezes não atingem o nível de sistematização objetiva do científico. E podemos colocar, seguindo na visão dele, que na própria constituição histórica da humanidade se acumularam diferentes necessidades, características e arranjos espaciais. Assim emana a necessidade de análises que coadunem as Geografias das grandes instituições e dos cotidianos, necessidade que o autor busca saciar nas considerações de *espacialidade diferencial* de Lacoste.

É em Couto (2010), que nos baseamos para definir as práticas espaciais como práticas sociais de localização e de reconhecimento de pontos de referência; deslocamentos e fenômenos que conformam um determinado conjunto espacial com configuração e limites próprios; conquista e domínio de territórios; representação dos espaços em diferentes escalas; delimitação de espaços e interligação entre eles; entrecruzamento de diferentes conjuntos espaciais (p.113).

Marcelo Lopes de Souza (2013), ao mencionar o conceito de prática espacial como [...] *a ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço* (p.238). Aprofunda-se no sentido de ligação entre o social e o espacial. Porém, ressalta atenção a não exageração nem de um

nem de outro. Tendo em vista que as práticas espaciais são uma qualidade de práticas sociais e que nem todas as ações são práticas sociais ou espaciais. Defende o que chama de *práticas espaciais densas de espacialidade*(SOUZA, 2010 *apud* SOUZA, 2013) e para isso coloca o seguinte:

[...] podemos dizer que, se nenhuma prática humana é totalmente independente do espaço social, por outro lado é preciso admitir que muitas das ações humanas se mostram como sendo dependentes da dimensão espacial da sociedade de um modo indireto, fraco, sem grande complexidade ou, ainda, mais ou menos banal. É obvio que a pesquisa sócio-espacial pode e deve se interessar também por essas ações: seja porque elas se entrelaçam com práticas espaciais, ou mesmo as condicionam ou lhes dão origem, seja porque elas próprias se acham condicionadas pela espacialidade, às vezes de maneira evidente e plena de conseqüências. Mas nem por isso devem ser consideradas práticas espaciais (SOUZA, 2013, p.246).

Nesse sentido, relaciona prática espacial com a prática intencional, reflexiva e nesse caminho com a práxis, mas adota um traçado parcialmente Weberiano e baseado em Giddens, para limitar o que é prática social e por conseguinte prática espacial. Denomina dois tipos de prática espacial: as práticas espaciais heterônomas, no sentido de *domesticar* os corpos e as mentes e [...] *as práticas espaciais insurgentes (e as práticas sociais em geral)* [...] (p.250) vistas como *conjunto estruturado de ações – práxis –*, por possuírem sentido intencional. Em seus seis tipos de práticas espaciais insurgentes realçam os ativismos sociais no sentido de preencher a lacuna dos estudos de práticas espaciais de acordo com sua constatação de que as pesquisas pouco olharam para este aspecto dos mesmos, mas também demonstra a importância destes estudos de práticas espaciais voltado as corporações como no estudo de Roberto Lobato Correa que ele cita.

Nesse trabalho, o estudo destas práticas espaciais, das corporações, vai se mostrar pertinentes ao objeto de pesquisa assim como as que ele descreveu como [...] *dependentes da dimensão espacial da sociedade de um modo indireto, fraco, sem grande complexidade ou, ainda, mais ou menos banal* (p.246). Porque irão nos interessar no decorrer da pesquisa as opiniões político-ideológicas dos sujeitos, sustentadas nas bases prático-espaciais dos mesmos e os [...] *aspectos que vão da identidade de um grupo (e do indivíduo no seu interior) à organização sócio-espacial (política, por exemplo). Estas práticas espaciais a serem analisadas compõem os níveis de[...] impregna[ção]da dimensão espacial da sociedade de um modo que podemos constatar como sendo denso, complexo e, mesmo, constituinte* (p.246). Isso associado a práxis fetichizada, mencionada por Kosic (1976), que pode, talvez, em nosso percurso de pesquisa, revelar estas práticas como não tão banais assim.

Por tanto, mudar as relações sociais, é mudar o espaço social, sendo uma mudança sócioespacial. As práticas espaciais integram esta agenda de espacialização explícita, sem exagerá-la e culminam no viés social do espaço. É importante salientar que o viés social do espaço, que vem sendo discutido neste trabalho, evidencia o caráter social da humanidade que nunca se concretiza apenas de forma prática e nunca de forma apenas reflexiva (teórica), nunca apenas de forma imaterial e nunca apenas de forma material.

Mesmo quando algumas ideias apenas passam pela cabeça, a escolha da não concretização delas demanda um aspecto prático. Assim como quando se escolhe consciente, ou inconscientemente concretizar algumas ideias que tem em seu cerne a reflexão. Neste sentido, o contrário é válido: as ações realizadas conscientes, ou inconscientemente, demandam reflexão, em seu sentido revolucionário ou fetichizado (KOSIK, 1976). O espaço ganha destaque no desvendar desse processo indutivo e dedutivo como demonstrado em (GABRIEL, 2015).

Como faremos mais uma breve referência ao texto de Henrique Leff (2007), é necessário o esclarecimento de que pode aparentar, em primeiro momento, uma superficialidade na utilização da associação entre espaço e ambiente, porém, acreditamos que os dois conceitos (mesmo não tendo como objetivo aprofundar esta discussão e nem o debate sobre ambiente, neste momento) constituem esforços para aprofundar a caracterização do meio, da situação dada (nas palavras de Kosik, (1976), que mantém um vínculo relacional com o homem tão forte, que não existiriam, desta maneira e proporções, um sem o outro. Ou seja, ambos os conceitos, em seus vieses humanizados, caminham no sentido da relação prático-reflexiva entre homem e meio.

Para compreendermos melhor a própria relação do espaço com o humano, faz-se necessário, compreendermos que o humano é a práxis (KOSIC, 1976), logo a realidade humanizada é produto da relação dialética entre situação dada e ação - práxis espaciais, em nosso ver.

A finitude do homem, abre as portas de nossas mentes para as variadas possibilidades de vida, em sentido subjetivo, individual, objetivo, e social. Em acordo, Leff (2007) coloca: *o saber ambiental consiste em saber que o caminho no qual vamos acelerando o passo é uma corrida desenfreada na direção de um abismo inevitável* (p.196). Assim, o ambiente pode ser visto como um [...] *conceito que abre possibilidade do ser como construção social* (p.196).

Ao findarmos, por hora, chamamos a atenção para o fato de que a mudança social e espacial não prescinde, de maneira nenhuma, a análise social e espacial. E, sem nos alongarmos no pensamento de Rogério Haesrbaeth (2014), novamente, é necessário

mencionar a importância das categorias ou conceitos (analíticas, da prática e normativas) nestas análises que transcendem o campo científico. E em suas apropriações, produções e reproduções assumem significados políticos e concretizações imateriais e materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Optamos pelas considerações parciais, por considerar o ponto no qual se encontra a pesquisa. Porém, não é isso que torna menos interessante os avanços da pesquisa perante o projeto inicial, que embora, ainda tímidos, demonstram as ligações essenciais entre espaço e sociedade.

As noções filosóficas e científicas abordada no texto revelam-se sobressaltadamente dialéticas e constatadoras da realidade, com seu potencial de transformação, em sua gama material e imaterial. As contradições inerentes a esta realidade nos guiaram ao entendimento de que o espaço é ao mesmo tempo responsável por boa parte da dissimulação da realidade objetiva como é também capaz de mostrar-se um feixe articulador da socialidade econômico política em sua essência.

O espaço geográfico, abordado como categoria de análise, se demonstrou bastante eficiente e profícuo no que se refere a analisar a realidade, por associar-se a categoria de totalidade e, assim, se desdobrar em diversos vieses espaciais.

Que vão desde o espaço urbano associado à produção e reprodução histórica material e imaterial da humanidade em seu sentido amplo (como em Henri Lefevbre) e associado especificamente à produção e ao Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista com destaque ao papel do Estado e da localização (em Paul Singer). Até as práticas espaciais associadas à reprodução e produção de um determinado conjunto espacial e suas representações, mesmo que esse conjunto seja o resultado de entrecruzamentos (como em Lana de Souza Cavalcanti, Marcelo Lopes de Souza e Marcos Antonio Campos Couto).

O espaço, o espaço geográfico, o espaço urbano, as práticas espaciais, a práxis encontram-se associados de forma nevrálgica às informações, a técnica e a cientificidade que são construídos na economia política do espaço, na qual, se produz o espaço e não somente os objetos sobre o espaço. Produzem-se assim, os condicionantes para as ações de diferentes sujeitos históricos.

Nesse sentido, as conectividades realizadas neste trabalho, entre os preceitos científicos, filosóficos e geográficos, vistos de maneira a compor as orientações político-econômicas da produção e reprodução socioespacial, foram muito úteis e destacaram a importância das discussões realizadas no texto sobre: espaço, espaço geográfico, espaço

urbano, prática espacial, método, conceitos, categorias, leis, noções filosóficas e científicas em suas relações com as leituras e interpretações científicas da realidade na perspectiva de diversos autores.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Nacib** Ab'Saber. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012a.

_____, Lana de Souza. **Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares**. Revista Geográfica de América Central: XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, disponível em:

<<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/issue/view/374/showToc>>.

Acesso em 15/10/2012, nº especial Egal, 18f, 2012b.

CHIMIN, Alides Batista Junior; ORNAT Marcio José; SILVA, Joseli Maria. Uma possibilidade de análise do monismo metodológico na Geografia. In: CHIMIN, Alides Batista Junior; FREITAS, Andreza Rocha. (Orgs.). **Tecnologias Geográficas: O uso de diferentes metodologias na produção do conhecimento geográfico**. Curitiba: CRV, 2016. p.175-188.

COUTO, Marcos Antonio Campos. **Ensinar a Geografia ou ensinar com a Geografia?** Das práticas e dos saberes espaciais à construção do conhecimento geográfico na escola. Terra Livre, São Paulo, ano 26 v.1, n. 34, p. 109-124, jan./jun. 2010.

GABRIEL, Gabriel Grazzini. **Espaço e o cotidiano dos jovens escolares no processo ensino-aprendizagem em Geografia, uma experiência no PIBID-Ourinhos**. 2015. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) - UNESP-Ourinhos, 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderino Toribio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 1ed. São Paulo: Atlas 1983.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : - fev.2006.

_____. **O Direito à Cidade**. 1ª ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1991.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Carlos Roberto da Silva. CIPRIANO, Diego Mendes. SCHNEIDER, Nairana. **A Educação, a Natureza e a Cidade em Henri Lefebvre**. 2010. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Teoricos/34.pdf> Acesso em 10.jan. 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano um estudo sobre São Benedito na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte. Escola de Arquitetura da UFMG, 2011.

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, Ermínia, org. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

¹Geógrafo, mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. gabrielgrazzini@yahoo.com.br.

²Doutor em Geografia, professor da Universidade Estadual de Londrina. nilsoncesarfraga@hotmail.com